

# **PROJETO DE LEI DO SENADO Nº       , DE 2006**

Dispõe sobre o Estatuto do Produtor Rural.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

## **CAPÍTULO I Dos Princípios e Definições**

**Art. 1º** Esta Lei dispõe sobre o Estatuto do Produtor Rural.

**Art. 2º** Para os fins desta Lei, define-se:

I – produtor rural: pessoa física ou jurídica que explora a terra, com fins econômicos ou de subsistência, por meio da agricultura, da pecuária, da silvicultura, do extrativismo sustentável, da aquicultura, além de atividades não agrícolas que contribuam para o desenvolvimento da agricultura e para o progresso do meio rural, respeitada a função social da terra;

II – agronegócio: conjunto global das operações de produção e distribuição de suprimentos agrícolas; das operações de produção nas unidades agrícolas; do armazenamento, processamento e distribuição dos produtos agrícolas e itens produzidos a partir deles, incluindo os serviços de apoio.

§ 1º São produtores rurais os parceiros e os arrendatários que exerçam as atividades descritas no inciso I.

§ 2º Não se caracteriza como produtor rural o indivíduo que cultiva a terra com plantas psicotrópicas ou que explora o trabalho escravo.

## CAPÍTULO II

### Da Função Social da Terra

**Art. 3º** O produtor rural exercerá sua atividade de forma a garantir o cumprimento da função social da terra, zelando pela preservação de suas características naturais e suas interações com a fauna, a flora e os recursos hídricos.

**Art. 4º** Os indicadores que informam o conceito produtividade da terra serão alterados, periodicamente, após a realização de estudos que comprovem que os indicadores em vigor se tornaram desatualizados em função da evolução tecnológica.

*Parágrafo único.* Em caso de alteração dos indicadores que informam o conceito de produtividade, os produtores rurais terão prazo de cinco anos para se adaptarem aos novos indicadores fixados.

## CAPÍTULO III

### Do Crédito Rural

**Art. 5º** A aprovação de financiamento rural aos mini e pequenos produtores rurais não se condiciona à contratação, por parte dos produtores rurais, de produtos ou serviços bancários estranhos à atividade agropecuária financiada.

**Art. 6º** Os projetos de irrigação e drenagem, de eletrificação rural e de mecanização agrícola, que apresentem viabilidade técnica, econômica e financeira, terão prioridade na aplicação dos recursos de crédito rural de investimento.

**Art. 7º** No caso de exigência de apresentação de projeto técnico para obtenção de financiamento rural, este deve ser elaborado por profissional legalmente habilitado.

*Parágrafo único.* No caso previsto no *caput*, a elaboração e a análise dos projetos técnicos considerarão, além dos impactos socioambientais, a viabilidade econômico-financeira, com ênfase na distribuição e comercialização dos produtos.

**Art. 8º** Os recursos destinados ao crédito rural de custeio de cada produto agropecuário deverão ser disponibilizados no máximo até trinta dias do início do período de plantio estabelecido no zoneamento agrícola.

#### CAPÍTULO IV

##### **Da Assistência Técnica e da Extensão Rural**

**Art. 9º** Para fins desta Lei, conceitua-se:

I – extensão rural: conjunto de ações de capacitação técnica e social dos produtores rurais, seus familiares e suas organizações;

II – assistência técnica: comunicação de informações para a solução de problemas de natureza técnica.

**Art. 10.** Todo produtor rural tem direito à assistência técnica e extensão rural públicas.

**Art. 11.** A assistência técnica e a extensão rural deverão buscar, para consecução de seus objetivos, o apoio e a integração de instituições e organizações que exerçam atividades de interesse dos produtores rurais, tais como:

I – as instituições públicas estatais de assistência técnica e extensão rural (municipais, estaduais e federais);

II – as empresas privadas de assistência técnica e extensão rural;

III – os serviços de extensão pesqueira;

IV – as organizações dos agricultores familiares que atuam em assistência técnica e extensão rural;

V – as organizações não-governamentais que atuam em assistência técnica e extensão rural;

VI – as cooperativas que executam atividades de assistência técnica e extensão rural;

VII – estabelecimentos de ensino que executam atividades de assistência técnica e extensão rural;

VIII – as Casas Familiares Rurais (CFR), Escolas Família Agrícola (EFA) e outras entidades afins que atuam com a pedagogia da alternância e que executam atividades de assistência técnica e extensão rural;

IX – redes e consórcios que tenham atividades de assistência técnica e extensão rural;

X – outras entidades que tenham ação de assistência técnica e extensão rural permanente e continuada.

**Art. 12.** Os serviços de assistência técnica e extensão rural poderão ser gratuitos ou pagos, dependendo do perfil do tomador e do prestador do serviço.

*Parágrafo único.* Os valores a serem cobrados serão definidos pelo prestador dos serviços de assistência técnica e extensão rural segundo critérios que sejam adequados ao perfil do tomador de serviço.

## CAPÍTULO V

### Do Seguro Agrícola

**Art. 13.** O produtor rural tem direito a seguro agrícola que cubra riscos relacionados a eventos naturais, desde que respeitadas as regras de local e data de plantio constantes do Zoneamento Agrícola Anual.

**Art. 14.** O prêmio do seguro agrícola será definido de acordo com o risco individual de cada produtor rural.

**Art. 15.** O prêmio de seguro agrícola poderá ser subvencionado, de forma que o custo para o produtor rural seja compatível com a rentabilidade da atividade explorada.

## CAPÍTULO VI

### Do Acesso aos Mercados

**Art. 16.** O produtor rural tem direito a preços mínimos de produtos agropecuários, suficientes para remunerar o custo de produção dos respectivos produtos agropecuários.

**Art. 17.** Constitui infração à ordem econômica o exercício abusivo de posição dominante por parte de fornecedores e de compradores contra o produtor rural.

§ 1º Considera-se exercício abusivo de posição dominante:

I – impor preços excessivos aos insumos agropecuários;

II – condicionar a venda de insumos ou serviços à aquisição de outros insumos ou serviços;

III – condicionar a venda de insumos ou serviços à comercialização antecipada da produção agropecuária;

IV – impor preços para compra de produtos agropecuários abaixo dos preços de mercado;

V – cobrar preço excessivo para a intermediação da comercialização agropecuária;

VI – recusar a aquisição de produtos agropecuários como forma de manipular a demanda e os preços de mercado.

§ 2º A posição dominante a que se refere o *caput* é presumida quando a empresa ou grupo de empresas controla vinte por cento de mercado relevante, conforme definido na Lei nº 8.884, de 11 de junho de 1994.

§ 3º A prática de infração à ordem econômica prevista neste artigo sujeita os responsáveis às penas previstas na Lei nº 8.884, de 11 de junho de 1994.

**Art. 18.** O produtor rural equipara-se ao consumidor para fins de aplicação da Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990.

## CAPÍTULO VII

### Da Infra-Estrutura Rural

**Art. 19.** A execução de projetos de irrigação e drenagem terá a preservação ambiental como uma de suas diretrizes.

**Art. 20.** Os programas governamentais de eletrificação rural priorizarão as ações que viabilizem o aumento da produtividade agropecuária e agroindustrial e a redução dos custos de produção.

**Art. 21.** As práticas de mecanização agrícola obedecerão a técnicas de conservação dos recursos naturais.

## CAPÍTULO VIII

### Da Assistência Social e à Saúde do Produtor Rural

**Art. 22.** A população rural terá acesso a ações de promoção da cidadania, para obtenção de documentação de identidade, título de eleitor, certidão de nascimento, cadastro de pessoa física e registro de produtor.

**Art. 23.** Cada comunidade rural terá pelo menos uma unidade de saúde, devidamente equipada e com medicamentos, com presença em tempo integral de agente de saúde e de enfermeiro, e, em tempo total ou parcial, de médico clínico geral.

*Parágrafo único.* Por comunidade rural entende-se o espaço rural que integre parcela da população rural por meio do atendimento de um ou mais interesses e objetivos comuns, determinando o estabelecimento de laços sociais baseados em relações interpessoais e de convivência cotidiana.

## CAPÍTULO IX

### Da Preservação e Conservação do Meio Ambiente

**Art. 24.** É dever do produtor rural a exploração sustentável da terra e a preservação do meio ambiente.

**Art. 25.** O produtor rural não pode ser responsabilizado pela degradação do meio ambiente promovida no passado, da qual não tenha tido participação direta.

*Parágrafo único.* O disposto no *caput* não exime o produtor rural da obrigação de recuperar as áreas degradadas em sua propriedade, de forma progressiva, no prazo de até dez anos.

## CAPÍTULO X

### Do Acesso à Terra

**Art. 26.** A reforma agrária compreende, além da distribuição de terras, a assistência técnica e o apoio necessário para que os assentamentos possam se integrar aos mercados, de forma competitiva e sustentável.

*Parágrafo único.* A reforma agrária deve promover o desenvolvimento do campo como espaço econômico diversificado, podendo englobar atividades agrícolas, pecuárias, agroindustriais, de turismo e de serviços.

**Art. 27.** O crédito fundiário deve ser oferecido como instrumento de acesso à terra, com carência, prazo de pagamento e taxas de juros compatíveis com a rentabilidade da atividade rural a ser desenvolvida.

**Art. 28.** A distribuição de terras por meio da reforma agrária e o acesso ao crédito fundiário devem obedecer, previamente, a critérios de aptidão para o exercício da atividade rural.

## CAPÍTULO XI

### Da Defesa Agropecuária

**Art. 29.** O produtor rural adotará as medidas necessárias à redução do impacto ambiental, especialmente, quando do uso de insumos agrícolas.

§ 1º As ações dos produtores, no espaço da produção rural, visarão:

I – à segurança higiênico-sanitária;

II – à sanidade das espécies, domésticas e silvícolas, vegetais e animais;

III – à conservação dos recursos naturais;

IV – à restauração dos recursos degradados.

## CAPÍTULO XII

### Da Informação Agrícola

**Art. 30.** As informações contidas nos rótulos de produtos industrializados destinados especificamente ao uso como insumos agropecuários empregarão linguagem simples e acessível ao usuário leigo.

*Parágrafo único.* Em toda divulgação comercial, os fabricantes informarão aos produtores rurais os riscos à saúde e ao meio ambiente, provenientes da manipulação dos insumos agropecuários.

**Art. 31.** As instituições públicas de pesquisa agropecuária disponibilizarão conteúdos técnicos, direcionados ao produtor rural, para divulgação ampla, por meio dos veículos de comunicação.

**Art. 32.** Os resultados de pesquisas científicas desenvolvidas pelas instituições integrantes do Sistema Nacional de Pesquisa Agropecuária serão disponibilizados na Internet, em bancos de dados centralizado.

*Parágrafo único.* As informações disponibilizadas no banco de dados a que se refere o *caput* deverão ter duas versões, sendo uma em linguagem técnico-científica e outra em linguagem acessível ao produtor rural.

## CAPÍTULO XIII

### Das Relações de Trabalho Rural

**Art. 33.** Os contratos de parceria e de arrendamento terão sua elaboração e registro em cartório gratuitos.

**Art. 34.** Será admitida a contratação por empreitada para a execução de serviços de natureza eventual.



§ 1º Entende-se por serviços de natureza eventual aqueles que demandem tempo inferior a um mês.

§ 2º A sucessiva contratação por empreitada configura vínculo empregatício.

**Art. 35.** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

## JUSTIFICAÇÃO

Tenho a satisfação de encaminhar para apreciação do Congresso Nacional este projeto de Estatuto do Produtor Rural. Para a sua elaboração, procurei levantar, junto a agricultores e a profissionais de ciências agrárias, os principais problemas vividos pelo produtor rural no exercício da atividade agropecuária.

São problemas de ordem social e econômica que exigem grande dispêndio de tempo e energia em atividades-meio, que acabam por desviar a atenção do produtor rural de sua atividade-fim. Dessa forma, este Estatuto do Produtor Rural cumpre o objetivo de ser o catalisador dos processos referentes às atividades relacionadas à produção agropecuária, reduzindo, assim, os custos de transação do agronegócio.

O Estatuto adota um conceito bastante amplo para produtor rural. Engloba pessoas físicas e jurídicas que exerçam as atividades de agricultura, pecuária, silvicultura, extrativismo ou aquicultura, bem como atividades rurais não agrícolas que se integram ou venham a complementar a renda dos agricultores, com finalidade econômica ou de subsistência. Isso porque o Estatuto está endereçado a todos os produtores rurais, sejam eles pequenos, médios ou grandes, patronais ou familiares. Entretanto, procurei dar tratamento diferenciado para pequenos produtores e agricultores familiares, pois esses necessitam da adequada proteção, para que possam se integrar de forma eficiente ao sistema de mercado.

Fiz questão de incluir no projeto o conceito de *agronegócio* cientificamente aceito em todo o mundo, cunhado pelos professores Davis e Goldman, da Universidade de Harvard, em 1957. O conceito preceitua que agronegócio engloba todas as atividades de “antes da porteira”, que é a produção de insumos, máquinas e equipamentos, de “dentro da porteira”, que

é a produção agropecuária propriamente dita, e de “depois da porteira”, que é a agroindústria e os setores de distribuição, além dos serviços de apoio.

Disse que fez questão de colocar o conceito correto de agronegócio com o objetivo de destruir a falsa impressão, que se difundiu pelo Brasil, de que o agronegócio se opõe à agricultura familiar. Na verdade, a agricultura familiar, assim como a grande agricultura empresarial, estão inseridas no agronegócio. Faz parte dele, e não é o seu oposto, como se prega por aí.

A seguir destaco alguns dos principais pontos do Estatuto do Produtor Rural.

1. Crédito rural: estabelece prazo máximo de 30 dias para apreciação, pelas instituições dos pedidos de financiamento feitos por produtores rurais. Além disso, proíbe que a concessão de crédito rural seja condicionada à contratação, por parte dos produtores rurais, de produtos ou serviços bancários estranhos à atividade agropecuária financiada.
2. Assistência técnica e extensão rural: determina que a assistência técnica e extensão rural públicas são direitos de todo produtor rural.
3. Seguro rural: estabelece que o seguro rural, com custo compatível com a rentabilidade da atividade agropecuária, é direito do produtor rural, desde que sejam respeitadas as regras de local e data de plantio constantes do zoneamento agrícola anual. Dispõe, ainda, sobre a subvenção do prêmio do seguro rural.
4. Acesso aos mercados: estabelece o preço mínimo suficiente para cobrir os custos de produção como direito do produtor rural. Define como infração à ordem econômica o exercício abusivo de poder de mercado por parte de fornecedores e de compradores contra o produtor rural. Equipara o produtor rural ao consumidor, para fins de aplicação do “Código de Defesa do Consumidor”.
5. Acesso à terra: reafirma o princípio constitucional da Função Social da Terra. Dispõe sobre a reforma agrária e o crédito fundiário e sobre a garantia da assistência técnica e do apoio

necessário para que os assentamentos possam se integrar aos mercados de forma competitiva.

6. Infra-estrutura rural: trata dos projetos de irrigação e drenagem, e de eletrificação rural, com ênfase na preservação do meio ambiente, na viabilização do aumento da produtividade agropecuária e na redução dos custos de produção.
7. Assistência social e à saúde do produtor rural: dispõe sobre o acesso das comunidades rurais às ações de cidadania, como obtenção de carteira de identidade, CPF e título de eleitor. Determina que cada comunidade rural deve ter, obrigatoriamente, pelo menos um unidade de saúde, com presença de agente de saúde e de enfermeiro em tempo integral, e de médico em tempo parcial ou integral.
8. Preservação e conservação do meio ambiente: estabelece como dever do produtor rural a exploração sustentável da terra e a preservação do meio ambiente. Determina que o produtor rural não pode ser responsabilizado pela degradação do meio ambiente, da qual não tenha tido participação direta, mas não o exime da obrigação de recuperar as áreas degradadas, de forma progressiva, no prazo de até dez anos.
9. Defesa agropecuária: trata da obrigatoriedade de adoção de medidas para redução do impacto ambiental do uso de insumos agrícolas.
10. Informação agropecuária: dispõe que as informações contidas nos rótulos dos insumos agropecuários devem empregar linguagem simples e acessível ao usuário leigo, e que a divulgação comercial de insumos agropecuários deve informar os riscos à saúde e ao meio ambiente. Trata ainda da divulgação de resultados de pesquisas científicas, em linguagem acessível ao produtor rural.
11. Relações de trabalho no meio rural: torna gratuito o registro em cartório dos contratos de parceria e de arrendamento rural. Dispõe sobre a contratação por empreitada para execução de serviços de natureza eventual.

Estou certo de que esta proposta é apenas o início de um trabalho que precisa ser aprimorado ao longo de sua tramitação, com a contribuição dos parlamentares e das entidades ligadas ao setor agropecuário. Na verdade, meu desejo é que a construção do Estatuto do Produtor Rural tenha a efetiva participação dos próprios produtores rurais, que vivenciam no dia-a-dia as dificuldades práticas que o Estatuto pretende ajudar na sua superação.

Sala das Sessões,

Senador ANTONIO CARLOS VALADARES